



CURSO	DE FORMAÇÃO DE GUARDAS	
ANO	2014	
DISCIPLINA	DIREITO PROCESSUAL PENAL	
CÓDIGO	DPP	
FORMANDOS		TOTAL
N.º DE HORAS	30	

OBJETIVOS:

HABILITAÇÃO

- Proporcionar aos alunos os conhecimentos do fenómeno jurídico-penal de modo a que, através da linguagem técnica desta área do direito e do conhecimento de novos conceitos e normas (regras e princípios), sintam facilitada a aprendizagem e estimulado o interesse pelas matérias de maior utilidade para o desempenho da sua missão.

APRENDIZAGEM

- Identificar o Objeto e Fim do Direito Processual Penal
- Perceber sumariamente a finalidade de cada fase do processo penal
- Perceber sumariamente a finalidade de cada Forma de Processo
- Explicar alguns dos Princípios fundamentais do Processo Penal
- Caracterizar Conceitos nucleares
- Perceber o alcance de legalidade do Processo
- Explicar o âmbito de aplicação temporal e espacial do Código de Processo Penal
- Explicar o que significa aplicação subsidiária do Código de Processo Penal
- Identificar as Competências do Tribunal no processo penal (Juiz)
- Descrever Estatuto do Juiz e as categorias
- Distinguir as Competências do Tribunal Singular, Coletivo e do Júri;



- Descrever a Organização Territorial dos Tribunais Judiciais (Apresentação do Mapa Judiciário)
- Descrever a Organização Funcional do Tribunal
- Descrever o funcionamento dos Tribunais e respetivos órgãos de apoio
- Identificar o período de férias judiciais
- Enunciar o que significa a Ação Penal
- Descrever as Competências do Ministério Público e a respetiva hierarquia
- Caracterizar a Legitimidade para o exercício da Ação Penal nos crimes que dependam de queixa ou acusação particular
- Explicar quais as competências dos Órgãos de Polícia Criminal no âmbito do Processo penal
- Perceber o conceito de dependência funcional.
- Perceber o conceito de Coadjuvar as Autoridades Judiciárias
- Identificar o prazo para comunicar a notícia de um crime ao Ministério Público
- Distinguir Medidas Cautelares e de Policia
- Descrever os procedimentos a ter em conta quanto aos atos cautelares, necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova
- Enunciar as situações em que se pode proceder à identificação de uma pessoa
- Descrever as regras a ter em conta na identificação de uma pessoa
- Identificar as situações em que se podem realizar revistas e buscas sem prévia autorização da Autoridade judiciária
- Identificar os atos que podem ser delegados pelo Ministério Público nos órgãos de Policia Criminal



- Identificar quem pode assumir a qualidade de arguido
- Explicar em que consiste a constituição de arguido
- Identificar o alcance dos Direitos e Deveres Processuais do Arguido
- Enunciar os procedimentos a efetuar aquando da Constituição de Arguido
- Explicar quem pode ser defensor e que direitos lhe assistem
- Identificar os casos em que é obrigatória a assistência por defensor e as consequências da falta dela
- Explicar o que é uma nulidade insanável
- Perceber a razão de ser da figura do Assistente (do Ministério Público)
- Distinguir Lesado, Ofendido e queixoso
- Interiorizar que um crime produz danos
- Explicar o que é um dano
- Interiorizar que aquele que sofre um dano tem o direito à reparação e esta não sendo possível, à indemnização
- Identificar quem pode ser Parte Civil de um Processo-Crime
- Explicar em que consiste o Principio da Adesão
- Procedimentos a efetuar pelos Órgãos de Policia Criminal perante um dano
- Compreender o conceito de Ofendido
- Identificar o Titular do Direito de Queixa ou Acusação Particular
- Enunciar o prazo para apresentação da Queixa ou Acusação Particular
- Correlacionar a legitimidade da ação penal com o exercício do Direito de Queixa e Acusação Particular



- Distinguir as diversas formas de aquisição da notícia do Crime
- Distinguir Notícia e Denúncia de um Crime
- Distinguir Denúncia Obrigatória e Facultativa
- Distinguir Ofendido, Denunciante, Participante e Queixoso
- Distinguir Auto de Notícia e Auto de Denúncia
- Enunciar o que é um Auto e os elementos que devem constar num Auto de Notícia ou Denúncia
- Referir os procedimentos a realizar perante notícia ou denúncia de crimes cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação Particular
- Recordar em que consiste o direito de queixa
- Recordar em que consiste a constituição de Assistente
- Recordar em que consiste a acusação Particular
- Explicar quais as finalidades da Detenção
- Enunciar o Conceito de Flagrante Delito
- Distinguir Flagrante delito, de quase flagrante delito e Fora de flagrante delito
- Recordar a identificação e revista ao detido nos termos dos arts. 250º e 251º
- Enunciar os procedimentos a adotar sempre que efectua uma detenção
- Enunciar os procedimentos a adotar no cumprimento de um mandado de detenção
- Pressupostos da detenção nos crimes Semi-Públicos
- Interiorizar que nos crimes Particulares nunca há lugar à detenção
- Enunciar as Finalidades das Medidas de Coação



- Enumerar as Medidas de Coação constantes no Código de Processo Penal
- Relacionar o Termo de Identidade e Residência com a Constituição de arguido e com a Detenção
- Enunciar os procedimentos a adotar sempre que alguém se deve apresentar periodicamente no Posto Territorial
- Desmistificar a figura da prisão preventiva, verificando os pressupostos que presidem à sua aplicação
- Distinguir Processo Comum, Sumário, Abreviado e Sumaríssimo;
- Explicar as Finalidades do Inquérito
- Identificar a quem compete a direção do Inquérito
- Identificar a competência para a realização dos atos de Inquérito
- Recordar os atos que podem ser delegados nos OPC
- Identificar as conclusões possíveis do Inquérito
- Distinguir Meios de Prova e Meios de Obtenção da Prova
- Relacionar as finalidades da prova com os fins do Inquérito
- Enunciar os métodos proibidos de prova
- Explicar em que consiste a livre apreciação da prova
- Explicar em que consiste a Prova Testemunhal
- Compreender o que é o ouvir dizer e a sua relevância
- Compreender a relevância de um testemunho objetivo
- Identificar quem pode ser testemunha e quem está impedido ou se pode recusar
- Enunciar os Direitos e Deveres das testemunhas
- Distinguir Primeiro Interrogatório Judicial de Arguido detido, Primeiro interrogatório não judicial de arguido detido e outros



interrogatórios

- Explicar as finalidades de uma acareação
- Explicar as finalidades de um Reconhecimento
- Explicar as finalidades da reconstituição do Facto
- Explicar as finalidades de uma Perícia
- Relacionar as medidas cautelares quanto à prova constantes no art. 171º/ 1, 2 e 4 e a realização de um exame médico-legal,
- Compreender a importância da perícia médico-legal e forense no âmbito dos crimes contra as pessoas
- Explicar as finalidades de uma da Prova documental
- Interiorizar a importância da proteção dos vestígios de um crime no âmbito dos exames
- Distinguir Busca de Revista
- Enunciar os pressupostos e finalidades de uma busca e de uma revista
- Identificar as situações passíveis de serem classificadas como buscas domiciliárias
- Enunciar as formalidades de uma Busca Domiciliária
- Enunciar os procedimentos a adotar numa apreensão
- Enunciar a finalidade da fase de Instrução
- Identificar quem dirige a fase de Instrução
- Explicar as conclusões da fase de Instrução
- Enunciar a finalidade de Julgamento
- Identificar quem dirige a fase de Julgamento
- Explicar as conclusões da fase de Julgamento
- Correlacionar as Provas obtidas durante o Inquérito com o Princípio da Verdade Material, em particular no que concerne



às declarações do arguido e das testemunhas

- O Comportamento a adotar pelo Órgão de Policia Criminal enquanto testemunha em audiência de julgamento, em particular, a apresentação, a educação e a coerência no discurso
- Distinguir Processo Sumário, Abreviado e Sumaríssimo;
- Explicar as finalidades do Processo Sumário
- Identificar os pressupostos e requisitos para a realização do julgamento sob a forma sumária
- Enunciar os procedimentos que o Órgão de Policia Criminal adota no Processo Sumário
- Conhecer e saber preencher todo o expediente processual adequado e necessário a um procedimento de Identificação;
- Praticar, de modo a ficar apto a dar solução célere e ajustada, aquando de ilícitos criminais, cometidos em flagrante delito;
- Conhecer o procedimento e saber elaborar o expediente necessário, relativo a situações que se traduzam na prática de ilícitos criminais, cometidos em flagrante delito;
- Elaboração, correção e apresentação de solução de um inquérito relativo a um crime de natureza pública;
- Elaboração, correção e apresentação de solução de um inquérito relativo a um crime de natureza semi-pública;
- Treinar enquanto testemunha numa simulação de audiência de julgamento



METODOLOGIA DE ENSINO

- A Unidade Curricular (UC) assume uma abordagem teórica/prática, combinando a análise e reflexão crítica das temáticas apoiada em casos reais sobre os conteúdos ministrados, culminando na resolução de exercícios práticos.
- São utilizados os métodos de ensino: Expositivo, com recurso à projeção de slides (PowerPoint), Diálogo, Debate, Interrogativo, Demonstrativo e Método Ativo, através da realização de Estudo de Casos e Trabalhos em Grupo.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

- A avaliação dos alunos é contínua.
- A classificação final da UC é obtida através da realização de um teste escrito, com consulta e com a duração de 100 minutos.

BIBLIOGRAFIA

- Silva, Germano Marques da Silva: Curso de Processo Penal, 4.^a Edição
- Eiras, Henrique: Processo Penal Elementar, Quid Juris, 2001
- Silva, Germano Marques da Silva: Direito Penal Português II, Teoria do Crime, 2.^a Edição
- Manual de Comparência em Julgamento da Polícia Judiciária